

12º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA

“AMÉRICA LATINA COMO ACTOR EN LA RECONFIGURACIÓN GEOPOLÍTICA GLOBAL”

ISCTE, LISBOA, 2024

Entre Washington e Beijing: burguesias latino-americanas diante do novo mapa mundial de riqueza e poder

Wagner Iglecias¹

Introdução

O objetivo deste trabalho é discutir o posicionamento das burguesias latino-americanas diante das transformações de natureza econômica e política que atravessam o cenário mundial na atualidade, especialmente no que se refere ao crescimento econômico da China nas três últimas décadas, as consequências políticas disso nas arenas de governança global e a crescente interdependência das economias da região em relação à potência asiática, hoje já alçada à posição de segunda maior economia do planeta.

Como se sabe, a América Latina foi integrada à economia mundial de forma subalterna pelo processo de colonização da região pelas potências europeias. Do mercantilismo português e espanhol dos séculos XVI e XVII ao liberalismo inglês do século XIX, chegando finalmente, a partir do século XX, na sua transformação em área “natural” de influência dos EUA e dos interesses da Casa Branca e das grandes corporações privadas daquele país.

A formação histórica iniciada com a violência contra as populações originárias e a construção de estruturas produtivas baseadas no trabalho escravo voltadas à exportação de *commodities* minerais e agrícolas conferiu à região a posição de dependência na qual se encontra ao longo destes cinco séculos. Internamente legou aos dias de hoje sociedades bastante desiguais, comandadas por classes dominantes diminutas porém poderosas e desinteressadas em projetos nacionais de desenvolvimento. E subalternas também elas, às suas congêneres dos países centrais.

Tem sido este, muito resumidamente, o panorama latino-americano ao longo destes séculos, e talvez uma discussão interessante que se apresente na atualidade seja, exatamente, a emergência de um novo polo mundial de poder como a China, que se por um lado representa um novo tipo de competidor ao poderio de Washington, por outro se aproxima da América Latina na condição de parceiro interessado na construção de relações distintas (ou talvez inéditas) da região com um país que está entre os mais poderosos do mundo.

Apesar de alguns laços que remontam a tempos coloniais, como a rota comercial marítima que unia a Espanha à China passando pelo México e pelas Filipinas ainda no século XVI, à exceção de Cuba a maior parte dos países da América Latina somente reestabeleceu relações diplomáticas com a China nos anos 1970. Ou seja, apenas após a aprovação da Resolução 2758 das Nações Unidas, que reconhecia à República Popular

¹ Doutor em Sociologia e professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. Co-cordenador do Grupo de Trabalho “China e o Mapa do Poder Mundial” do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) desde 2019.

da China como a única representante da China na ONU, como foram os casos de México e Peru em 1971, que votaram a favor daquela resolução, ou após a histórica visita a Beijing do ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, como foram os casos de Argentina (1972), e Brasil e Venezuela em 1974. Ou outros países ainda depois, como Colômbia (1980) e Uruguai (1988), sendo que Paraguai, Guatemala e Haiti ainda hoje não mantêm relações diplomáticas com a China, conservando os laços com Taiwan.

É bem verdade que durante a chamada “Onda Rosa” dos anos 2000 vários países governados por distintas forças de esquerda aproximaram-se da China, e tiveram em Beijing um interlocutor importante junto das iniciativas de integração regional daquele período, como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL, criada em 2008) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC, fundada em 2011). Intensificaram-se, nestas duas últimas décadas, os fluxos de comércio, investimentos e empréstimos entre países como Argentina, Brasil, Equador e Venezuela e o país asiático. Beijing passou a ser uma espécie de contraponto importante nas sempre difíceis e desiguais relações da região com Washington. Treze anos antes que Jiang Zemin visitasse a sede da CEPAL no Chile, e declarasse que “O século XXI será um século em que China e América Latina vão cooperar de mãos dadas em todas as áreas e os povos das duas regiões vão construir um amanhã melhor” Deng Xiaoping já havia declarado, em 1988, que “A política chinesa consiste em desenvolver e manter boas relações com a América Latina e fazer das relações sino-latino-americanas um modelo de cooperação Sul-Sul.” (Shixue, 2006).

Cabe ressaltar que não apenas governos progressistas de lideranças como Hugo Chávez, Lula, Néstor e Cristina Kirchner, Evo Morales e Rafael Correa aproximaram mais seus países da China. A estratégia de expansão econômica da potência asiática alcançou toda a América Latina, tornando-se inclusive o principal parceiro comercial de Chile, Peru e Colômbia. Mais recentemente Beijing tem aumentado sua influência sobre a América Latina através da entrada de diversos países da região nos acordos da Nova Rota da Seda (Road and Belt Initiative), que congrega investimentos em infraestrutura na ordem de bilhões de dólares, exercendo desta forma papel central nos próprios processos de integração física e produtiva da região.²

Qual é, então, o papel jogado nisso pelas burguesias locais de nossos países, historicamente vinculadas à Europa e aos Estados Unidos, aspirantes a seus modos e padrões de vida e seguidoras de seus valores ideológicos, mas a cada ano mais dependentes de negócios com a China? E entre suas frações, mais notadamente aquelas vinculadas ao mercado externo e às atividades primário-exportadoras, como agricultura, pecuária e mineração? Em que pese sua predileção pelo Ocidente, dados econômicos demonstram que em toda a região tem prevalecido o pragmatismo do dinheiro. Dos negócios realizados com a China...comunista!

Lembremos, ainda, que as antigas frações burguesas surgidas e crescidas sob a direção do Estado nacional-desenvolvimentista perderam importância econômica e política, desde a adoção da ortodoxia neoliberal dos anos 1980/1990, por conta também da concorrência das manufaturas chinesas.

Há continuidade, e não ruptura, nas estratégias de inserção dos países da região nesta economia global na qual a China tem papel cada vez mais relevante. Às frações burguesas ligadas ao setor primário o país asiático continua sendo um sócio comercial extremamente interessante. Às frações burguesas ligadas a outros setores, inclusive

² Países da América Latina e Caribe que já aderiram à Belt and Road Initiative: Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Dominica, El Salvador, Equador, Guiana, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

aqueles derrotados desde os anos 1980/1990 pelas reformas neoliberais como os rápidos e profundos processos de abertura comercial, Beijing representa uma esperança de progressiva conversão a outro modelo produtivo, através de investimentos em áreas ligadas à ciência, tecnologia e (re)industrialização. E aos governos da região, apesar de retóricas diversas em relação à potência asiática, também não resta outra atitude que não o pragmatismo diante do novo mapa mundial de riqueza e poder que tem se configurado nas três últimas décadas.

América Latina e China: breve histórico das relações recentes

Conforme assinalado anteriormente, as relações diplomáticas entre América Latina e China foram reatadas, na maioria dos casos, há cerca de 50 anos, após a reaproximação dos governos de Washington e Beijing, ainda no contexto da Guerra Fria e da estratégia da Casa Branca, àquela altura, de isolar a então União Soviética e de manter distantes, naquela altura, os dois países socialistas mais importantes do mundo. Ainda que contando com laços com a China que remontavam às primeiras rotas comerciais espanholas pelo Oceano Pacífico, ligando lugares como os vice-reinos do Peru e de Nova Espanha (atuais Peru e México) ao Extremo Oriente, grande parte das nações latino-americanas romperam relações diplomáticas com Beijing a partir do triunfo da Revolução Chinesa, em 1949. Apenas, de fato, a virada de estratégia dos Estados Unidos na passagem para a década de 1970 possibilitou que vários países da região também fizessem o mesmo.

As relações entre China e América Latina e Caribe, no entanto, mantiveram-se relativamente “frias”, do ponto de vista econômico, até o final dos anos 1990. Os processos de abertura comercial implementados pela América Latina naquela década, a partir do esgotamento do modelo substitutivo de importações que vigorava em vários de seus países desde os anos 1930, foram ao encontro da estratégia chinesa de jogar o grande jogo da economia global na passagem para o século XXI. A adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e o estabelecimento de uma série de acordos bilaterais e multilaterais com países diversos do mundo, e especialmente da América Latina e Caribe, possibilitaram o aprofundamento das relações econômicas entre as partes, estimulando também outras formas de aproximação e parceria, como mencionamos antes em relação a estratégias de cooperação em políticas públicas e atuação coordenada em organizações multilaterais.

Nos últimos dez anos as relações entre China e América Latina aprofundaram-se ainda mais, em diversos aspectos. A ênfase maior, obviamente, deve ser dada à esfera econômica, ainda que cultura, cooperação em políticas públicas como saúde e educação e outras áreas diversas também tenham se intensificado entre as partes, com ênfase para a atuação coordenada foros internacionais e em arenas multilaterais, visando inclusive o fortalecimento destas.

No âmbito da economia destacam-se os fluxos de comércio bilateral, investimentos chineses na região e concessão de empréstimos a alguns países latino-americanos. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) em 2014 o comércio entre China e os países da América Latina e Caribe somaram cerca de US\$ 300 bilhões, ao passo que em 2023 alcançou a cifra de US\$ 500 bilhões (CEPAL, 2023). Durante todo o período a balança comercial foi positiva para a China, mesmo com o fato de que alguns países latino-americanos tenham mantido superávits comerciais com Beijing, como nos casos de Brasil, Chile e Peru. Trata-se, todavia, de um tipo de relação comercial de tipo complementar, o que não a impede de suscitar controvérsias e demandar diversificação no futuro. De acordo com a mesma CEPAL, no ano de 2022

aproximadamente 95% do total exportado pela região à China foi composto por matérias-primas ou bens manufaturados baseados em recursos naturais, ao passo que as exportações chinesas à América Latina e Caribe foram, na ordem de 88% do total, de manufaturas de baixa, média e alta tecnologia (CEPAL, 2023).

Ao longo da história econômica da América Latina observa-se que poucos foram os países que, de fato, alcançaram maior grau de diversificação econômica em relação à vocação que lhes foi configurada desde os primórdios do período colonial. Integrados à nascente economia capitalista europeia, no século XVI, em condição dependente e subalterna à qual coube o papel de fornecedor de matérias-primas, a região enveredou pelo processo de industrialização apenas no século XX, e especialmente a partir dos anos 1930, através da conhecida política de substituição de importações.

Cabe ressaltar que os primeiros intentos industrializantes na região podem ser observados ainda no século XIX, em países como Argentina, México, Paraguai e Brasil, mas sem o grau de complexidade tecnológica e escala produtiva que ocorreria no século XX. E, de fato, uma observação mais minuciosa do fenômeno demonstra que foram poucos os países da região que puderam trilhar esse caminho: México, Brasil e Argentina em maior grau e escala, com a formação, principalmente em meados do século passado, de importantes cadeias produtivas industriais e de amplos setores de classe operária. Chile, Colômbia, Peru e Venezuela, por sua vez, também experimentaram algum grau de industrialização, ainda que geralmente mais restrito a setores específicos da atividade produtiva, como a mineração ou a produção de petróleo e derivados. Já os demais países, como Uruguai, Bolívia, Paraguai e Equador, na América do Sul, toda a América Central e todo o Caribe ficaram restritos, ao longo do tempo, a algumas poucas experiências de industrialização bastante específicas e de pequena escala.

A discussão sobre os processos de industrialização da América Latina, ainda que a região tenha vivido processos que resultaram numa realidade bastante heterogênea na análise conjunta de seus países, é tema bastante relevante quando pensamos nas suas relações recentes com a China. Se na atualidade mais de 80% de tudo que o país asiático exporta à América Latina é composto por bens manufaturados, no ano 2000 aquele percentual correspondia a apenas 31% (CEPAL, 2023). O impacto disso nas cadeias produtivas industriais locais da América Latina é notório, como atestam os dados de diminuição da participação do setor industrial no PIB de países como o Brasil, por exemplo. O aprofundamento de relações com a China, mas também a maior exposição da economia brasileira a bens manufaturados produzidos nos Estados Unidos e na Europa, a partir das reformas neoliberais dos anos 1990 que tiveram na abertura comercial um de seus pilares, contribuíram para a diminuição da participação da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro desde então, de 17,7% em 1990 a 10,8% em 2023, segundo o Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).³ A Confederação Nacional da Indústria (CNI), por sua vez, estima em 25,5% a participação do setor industrial na economia brasileira naquele mesmo ano de 2023.⁴ Entre os três principais setores industriais do país, contudo, dois deles eram, de acordo com a CNI, extração de petróleo e gás natural e extração de minerais metálicos, ambos fortemente ligados ao setor exportador de bens primários. Ressalte-se, porém, que a abertura comercial brasileira da década de 1990 deu sequência ao processo de desindustrialização que o país já vivia desde

³ UOL. Fiesp: Participação da indústria no PIB cai para 10,8% em 2023. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2024/03/01/fiesp-participacao-da-industria-no-pib-cai-para-108-em-2023.htm>. Acessado em 18 Abr 2024.

⁴ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Perfil da Indústria Brasileira. Disponível em <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>. Acessado em 18 Abr 2024.

os anos 1980, ao passo em que a partir dos anos 2000, como destacam Sugimoto e Diegues, o aprofundamento do comércio com a China “passa a ser um fator explicativo para o agravamento de dois processos que são observados desde os anos de 1980: a especialização regressiva e a desindustrialização.” (SUGIMOTO; DIEGUEZ, 2022).

Muitos outros estudiosos latino-americanos têm chamado a atenção, nos últimos anos, para o processo de regressão produtiva da região por conta, dentre outros fatores, do aprofundamento das relações comerciais com a China. Enrique Dussel, já em 2016, assinalava que o comércio entre as partes, em termos de valor agregado, diferia muito em termos de padrões de desenvolvimento. Enquanto a China experimentou desde o início do século evolução constante do conteúdo tecnológico dos produtos que exportava, os países da América Latina e Caribe mantiveram-se durante todo esse período como exportadores de bens de baixa tecnologia, tendência notada principalmente nesses últimos vinte anos. (Peters, 2016). Raul Bernal-Meza também apontou para algo semelhante ao afirmar que a especialização produtiva e o comércio interindustrial entre a China e a região leva a mesma a reiterar o papel de subordinação numa estratégia de expansão econômica global de alguma potência econômica estrangeira, no caso agora a China. (Bernal-Meza, 2019).

China e América Latina: alguns dados sobre comércio e investimentos

O *boom das commodities* dos anos 2000 impulsionou as economias da América do Sul (especificamente) por conta da crescente demanda chinesa por bens primários, e foi particularmente importante para o Brasil, cujo PIB cresceu de US \$1,56 bilhões em 2001 para US \$2,2 bilhões em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passando da décima primeira para a sétima posição entre as maiores economias do mundo naquele período (e chegaria a ser inclusive a sexta economia mundial em 2011).⁵ Assim como alguns de seus vizinhos, o país experimentou superávits sucessivos em sua balança comercial por conta da intensificação dos negócios com a China⁶. Por outro lado, conforme ressaltamos há pouco em relação ao conjunto dos países da região, enquanto as exportações brasileiras à China no período foram marcadas pela especialização produtiva, as exportações chinesas ao Brasil foram marcadas pela diversificação produtiva.

De acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil foi o país com maior aumento da atividade agropecuária entre 187 países do mundo entre 2000 e 2019, com crescimento médio de 3,18% ao ano no período.⁷ O país, de fato, é uma potência rural (além de um importante produtor de minérios e petróleo) e isso tem impactos importantes em sua economia. Mas isso também tem superespecializado sua pauta de exportações, tanto em termos de produtos quanto em termos de clientes, com óbvio destaque para a China, que passou a ser o principal destino das exportações brasileiras a partir de 2009 e segue sendo até hoje.

Situação não muito diferente experimenta a Argentina na sua relação comercial com a China. Aproximadamente 92% do total exportado de soja pelo país tiveram no parceiro asiático o seu destino no ano de 2022, aliás ano de recorde no comércio entre os

⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Produto Interno Bruto. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acessado em 10 Abr 2024.

⁶ Por comércio bilateral com a China referimo-nos à própria China e aos territórios aduaneiros das regiões especiais de Macau e Hong Kong.

⁷ BRASIL. Brazil leads the world in agricultural productivity shows a study released by the United States Department of Agriculture. 15 Mar 2022. Disponível em <https://www.gov.br/en/government-of-brazil/latest-news/2022/brazil-leads-the-world-in-agricultural-productivity-shows-a-study-released-by-the-united-states-department-of-agriculture>. Acessado em 21 Abr 2024.

dois países. Naquela mesma ocasião 57% do volume exportado em carnes e 52% do volume exportado em cevada pela Argentina foram para o mercado chinês. (Bolsa de Comércio de Rosário, 2023). Ao mesmo tempo, de acordo com a mesma fonte, 21,5% das importações argentinas naquele ano tiveram como origem a China, principalmente de produtos como máquinas, peças mecânicas e aparatos elétricos, produtos químicos, automóveis e autopeças e fertilizantes. Mas diferentemente do Brasil, que acumula há anos superávits comerciais com o país asiático, a Argentina possui, desde meados dos anos 2000, reiterados déficits comerciais com a China. Nos anos recentes essa situação só se agravou: em 2020 o déficit foi de US\$ 3,3 bilhões, passando a US\$ 7,2 bilhões em 2021 e alcançando US\$ 9,4 bilhões em 2022. (Bolsa de Comércio de Rosário, 2023).

A tabela a seguir demonstra, para o período entre 2016 e 2020, a trajetória de meia década de comércio bilateral entre China e América Latina. O fato de os dados limitarem-se a 2020 justifica-se pelo impacto da pandemia de Covid-19 sob os negócios internacionais. À exceção da Argentina (cujo volume manteve-se estável) e da Venezuela (cujo volume diminuiu), os negócios entre a China e Brasil, México, Chile, Peru e Colômbia mantiveram-se em tendência crescente naquele período.

Tabela 1 – Comercio total (Importações e Exportações) – China e países selecionados de América Latina – 2016 – 2020 (em US\$ bilhões)

	2016	2017	2018	2019	2020
Brasil	67,7	87,7	110,8	114,6	118,9
México	42,6	47,7	58,5	60,7	60,7
Chile	31,4	35,5	42,8	40,8	44,0
Peru	15,3	20,2	23,3	23,7	22,9
Argentina	12,3	13,7	11,9	14,1	13,8
Colômbia	9,2	11,2	12,6	15,4	13,5
Venezuela	8,0	8,9	8,4	6,2	2,0

Fonte: UN COMTRADE

Em termos de dados consolidados atesta-se que em 2023, foram os seguintes os cinco países da região que mais exportaram para a China: Brasil (US\$ 122 bilhões), Chile (US\$ 43 bilhões), Peru (US\$ 25 bilhões), México (US\$ 18 bilhões) e Equador (US\$ 8 bilhões), segundo a Administração de Aduanas da República Popular da China.⁸ Desses totais o Brasil exportou soja (35,4%), minério de ferro (20,2%), petróleo (18,6%), carnes (8,82%) e celulose (3,36%). No caso do Chile o cobre foi o produto mais exportado, com larga vantagem em relação a outros itens, como frutas, substâncias químicas inorgânicas e compostos de metais preciosos. O Peru vendeu para a China, naquele mesmo ano, basicamente minerais, como zinco, minério de ferro e metais preciosos, que perfizeram 60% do volume total exportado para o país asiático. O México, por sua vez, tem na China um competidor no mercado internacional, dado que ambos os países possuem forte perfil exportador. Em 2023 o México exportou US\$ 18 bilhões para a China, e importou US\$ 81 bilhões, registrando um reiterado déficit comercial, naquele ano da ordem de US\$ 62 bilhões. Além disso a economia mexicana sofre com a entrada de bens manufaturados no mercado dos Estados Unidos, para o qual o México converteu grande parte de sua estrutura produtiva há pelo menos três décadas, desde a adesão ao Tratado de Livre

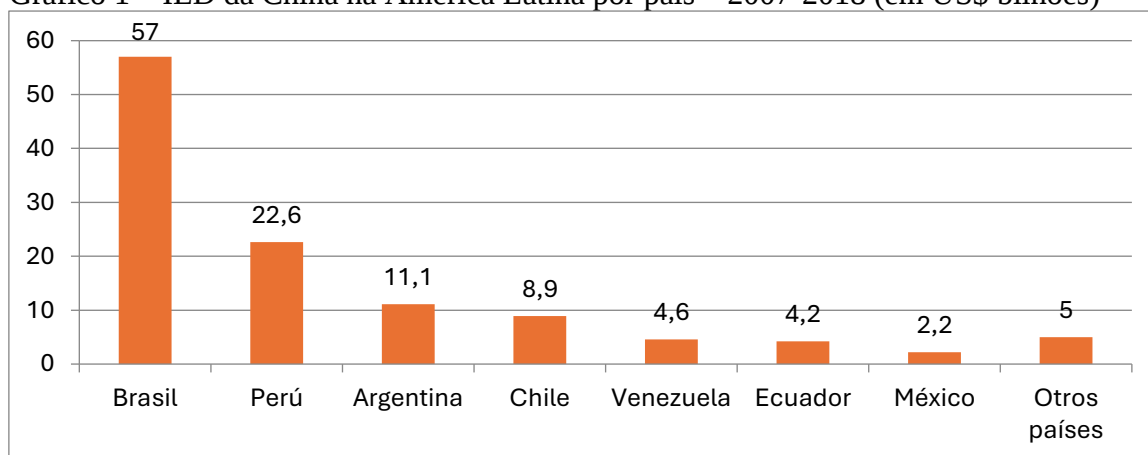
⁸ BBC. Cuáles son los 5 países de América Latina que más exportan a China (y qué diferencia a México de los demás). 25/04/2024. Disponível em <https://www.bbc.com/mundo/articles/c72pn50j86jo>. Acessado em 21 Jun 2024.

Comércio da América do Norte (NAFTA). E o Equador, por seu turno, exportou para a China em 2023 principalmente petróleo, crustáceos, cobre e metais preciosos.⁹

O caso brasileiro é um dos mais paradigmáticos do profundo pragmatismo das burguesias latino-americanas e das lideranças políticas de direita ou mesmo extrema-direita nas suas relações com a China. Jair Bolsonaro, durante a campanha eleitoral de 2018, repetia Donald Trump em suas posições sobre as relações entre Beijing e Washington e acusava, em seus discursos, o país asiático de estar adquirindo de forma voraz inúmeros ativos brasileiros. “Os chineses não estão comprando no Brasil. Eles estão comprando o Brasil”, disse em várias ocasiões durante a corrida presidencial.¹⁰ Um ano depois de eleito, em outubro de 2019, Bolsonaro visitou a China, e demonstrou posição bastante diferente da época eleitoral. Sua estratégia em solo chinês foi atrair investidores dispostos a participar dos processos de privatização de empresas estatais brasileiras como Eletrobrás, Correios e subsidiárias da Petrobrás. E ao mesmo tempo garantir mais mercado na China para bens primários produzidos em larga escala pelo Brasil, como petróleo, minério de ferro, soja e carnes. Além disso a visita do então presidente brasileiro a Beijing visou garantir investimentos chineses num país continental como o Brasil que segue carente de melhor infraestrutura de ferrovias, portos e estradas.¹¹

O gráfico a seguir demonstra, para o período compreendido entre 2007 e 2018, os fluxos de investimentos chineses na América Latina.

Gráfico 1 – IED da China na América Latina por país – 2007-2018 (em US\$ bilhões)



Fuente: China Global Investment Tracker. Preparado por CEBC.

Bancos como China Development Bank (CDB) e China Export-Import Bank foram responsáveis pelo financiamento de vários projetos de investimentos de empresas chinesas na América Latina e Caribe no período. Alguns projetos foram, inclusive, de incentivo ao comércio bilateral, mas em geral a grande maioria referiu-se a investimentos em infraestrutura e também energia. Na área de infraestrutura destacaram-se projetos nas áreas de transportes e logística, transmissão de eletricidade e operações de leasing para

⁹ BBC. Cuáles son los 5 países de América Latina que más exportan a China (y qué diferencia a México de los demás). 25/04/2024. Disponível em <https://www.bbc.com/mundo/articles/c72pn50j86jo>. Acessado em 21 Jun 2024.

¹⁰ UOL. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. 25/10/2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm> Acessado em 20 Jun 2024.

¹¹ BBC. Um ano após reclamar que a China “compraria o Brasil”, Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping. 23/10/2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509> Acessado em 20 Jun 2024.

setores de mineração, plataformas marítimas e aviação civil. Na área de energia a maior parte dos projetos foram nas áreas de geração de energia elétrica, energia solar, petróleo e gás. (The Dialogue, 2021).

América Latina e China: a reação dos Estados Unidos

Desde o governo do presidente James Monroe (1817-1825) os Estados Unidos, como é amplamente sabido, passaram a compreender como fundamental para seus interesses de expansão global como potência o domínio hemisférico das Américas. A História guarda vários exemplos da reação estado-unidense às tentativas de potências europeias de recolonização da região, ou de forte pressão sob governos locais que buscaram construir algum caminho de maior soberania em relação a Washington. Nesse sentido a aproximação com a China, que é, de fato, recente, parece incomodar a Casa Branca, que sempre viu a região como um território natural de expansão de sua esfera de influência, seja ela econômica propriamente, ou ideológica ou geopolítica. Em recente visita ao Brasil (maio de 2024), por exemplo, a General Laura Richardson, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, afirmou: "Acho que os países da região estão alimentando e abastecendo o mundo, mas não estão se beneficiando disso. E há outros países que estão tirando proveito deles. Como podemos ajudar essa região a perceber os benefícios de alimentar e abastecer o mundo?" Referia-se ao aprofundamento das relações comerciais do Brasil e de toda a região com a China. Continuou ela, na mesma ocasião: "Quando olhamos para a soja, o milho, o açúcar, que já alimentam o mundo, o petróleo bruto pesado, o petróleo bruto leve, as terras raras, o lítio, a Amazônia. Ninguém mais tem isso." Listou, em poucas palavras, vários ativos naturais estratégicos da região, como no caso do lítio (cujas reservas estão presentes sobretudo na Bolívia) ou do petróleo (que tem na Venezuela as maiores reservas do mundo). E continuou, falando mais especificamente sobre a eventual adesão do Brasil à chamada "Nova Rota da Seda" chinesa: "O que aprendemos é que a *Belt and Road Initiative* parece muito boa na parte inicial, mas há muitas letras miúdas. E é preciso ler essas letras miúdas para ver todas as condições e como a soberania é retirada ao longo do tempo se os empréstimos não forem pagos, e coisas desse tipo". Finalmente, a militar estado-unidense comparou investimentos feitos na região por seu país e pela China: "O que a qualidade e o investimento dos EUA trazem? Transparência, medidas anticorrupção, padrões ambientais, padrões trabalhistas, diversificação da força de trabalho, funcionários dos países com cargos mais altos. Enquanto que a *Belt and Road Initiative* traz seus próprios trabalhadores e não investe na comunidade."¹²

Nesta seção procuramos, muito brevemente, expressar através do discurso da alta militar dos Estados Unidos o incômodo que é presente em várias esferas do governo daquele país, manifestadas muitas vezes por outros atores em outras instâncias e circunstâncias. Há, por exemplo, um sem-número de artigos de opinião na grande imprensa, ou produzidos por organizações não-governamentais, tanto dos Estados Unidos quanto de diversos países da América Latina e Caribe, destacando os aspectos negativos do aprofundamento das relações dos países da região com Beijing. Uma rápida busca na internet permite a qualquer leitor acessá-los e perceber, sob diferentes ângulos e perspectivas, como a presença a cada ano maior da China na região preocupa e incomoda Washington. De toda forma, ainda que não os citemos, entendemos que as palavras de

¹² BRASIL DE FATO. General dos EUA vem ao Brasil para exercícios militares e ataca aliança da China com América Latina. 24/05/2024. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2024/05/24/general-dos-eua-vem-ao-brasil-para-exercicios-militares-e-ataca-alianca-da-china-com-america-latina> Acessado em 28 Jun 2024.

Richardson resumem e expõem, de forma bastante direta inclusive, a preocupação de eventual perda de influência sob uma área que Washington considera, há 200 anos, como parte fundamental de seus interesses globais.

De toda forma associações empresariais de toda a América Latina e Caribe permaneceram, nas duas últimas décadas, extremamente atentas a todas as iniciativas de diálogo entre China e seus respectivos países. Foram inúmeras as reuniões de cúpula entre presidentes latino-americanos e caribenhos com seus homólogos durante visitas a Beijing nesses últimos vinte anos, nas quais se fizeram acompanhar de lideranças empresariais latino-americanas e caribenhas e seus pares chineses. Muitas também têm sido as missões empresariais chinesas em toda a região nesse período, e várias foram as reuniões do Fórum China-CELAC, tanto aquelas de cúpula entre presidentes como as setoriais, para tratar, em mesas de negociação compostas por gestores públicos, empresários e outros atores relevantes, de temas diversos como comércio, finanças, energia, agricultura, indústria, ciência e tecnologia, educação, cultura, esportes, meios de comunicação, turismo, meio ambiente etc. Ou seja, houve nesse tempo todo um processo de capilarização das relações entre as partes, envolvendo investimentos financeiros, mas não somente eles, cuja reversão é praticamente inimaginável. Muitos foram os líderes chineses que visitaram a América Latina desde o início do século, sempre com o objetivo de estreitar laços diplomáticos e econômicos, como Jiang Zemin (2001), o então vice-presidente Xi Jinping (2009), Hu Jintao (2010) e nesse ano de 2024 novamente o fará Xi Jinping, na condição de mais importante liderança chinesa, para a Cúpula do G-20 em novembro na cidade do Rio de Janeiro. A estratégia chinesa de “Comunidade de Destino Compartido” e de construção de um mundo multipolar, porém, parece opor-se à visão dos Estados Unidos para a região.

Considerações finais e agenda de pesquisa

Conforme discutimos, brevemente, nesse texto, as relações econômicas entre a América Latina e a China intensificaram-se de maneira significativa nas últimas décadas. Do reestabelecimento de relações diplomáticas entre Beijing e vários países da região na década de 1970 ao aprofundamento dos laços econômicos neste século XXI, observa-se crescente interdependência e construção de interesses comuns entre ambas as partes.

Em que pese a vinculação ideológica das burguesias nacionais latino-americanas a Washington, no plano hemisférico e global, e a pautas liberais (em termos econômicos) em cada cenário nacional interno da América Latina, os dados econômicos demonstram a crescente vinculação econômica à potência asiática. São dados que apontam, também, um tipo de relação comercial e até mesmo produtiva de natureza complementar, o que tem sido responsável por um processo de desindustrialização (combinada a outros fatores) das estruturas produtivas latino-americanas.

A maior vinculação econômica e comercial da região à China tem fortalecido o peso econômico e político de setores burgueses internos ligados às atividades primário-exportadoras. É crescente o peso econômico e político do agronegócio em países como Argentina, Brasil, Paraguai e Bolívia nos anos recentes, desde pelo menos o começo dos anos 2000, muito por conta do aumento da produção de *commodities* agrícolas e pecuárias para o atendimento da demanda chinesa. Também têm se fortalecido setores de produção mineral e de petróleo, nestes casos ligados a corporações multinacionais ou empresas estatais. E, mais uma vez, por conta da demanda chinesa.

Enquanto isso governos latino-americanos, principalmente aqueles de viés de esquerda, têm alinhavado com Beijing não apenas ações para o fortalecimento das arenas multilaterais de negociação, e especificamente do comércio, como é o caso da OMC e das

várias rodadas já havidas nas últimas décadas de liberalização comercial (justamente num mundo no qual práticas protecionistas têm aumentado), mas também ações para a criação de uma ordem mundial multipolar, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU) e também de outras arenas de diálogo, negociação e políticas.

Às burguesias latino-americanas, em que pese seu notório vínculo ideológico com os Estados Unidos, bem como sua rejeição aos pressupostos dirigistas do Estado chinês, resta a atitude pragmática de equilibrar-se entre negócios vultosos com o país asiático, pelos quais elas se fazem ainda mais ricas e poderosas, e tentar reforçar, no debate interno de cada país da região, posições que reiterem a importância da vinculação prioritária da América Latina e Caribe com Washington, seus valores e seus interesses.

Como temas para uma futura agenda de pesquisa, que vá muito além dessa breve comunicação extremamente resumida, colocam-se os novos desafios e oportunidades que a continuidade da aproximação entre China e América Latina e Caribe apresentarão a governos, pesquisadores e agentes econômicos nos próximos anos. A expansão da Nova Rota da Seda chinesa, *Belt and Road Initiative*, já representa impactos importantes nos fluxos de investimentos na região, notadamente em obras de infra-estrutura logística, como estradas, ferrovias, portos e aeroportos. Em 2021 China e a Comunidade de Estados Latino-Americanos (CELAC) aprovaram um Plano de Ação Conjunta para a Cooperação em Áreas-Chave (2022-2024), que versa sobre ações de intercâmbio industrial e cooperação em áreas tão diversas como matérias-primas, maquinaria, indústrias verdes, *supply chain*, infraestrutura digital, telecomunicações, 5G, *Big Data*, fintechs, Inteligência Artificial, Cidades Inteligentes etc. (Ministério de Relaciones Exteriores de la República Popular de China, 2021). Muitos governos latino-americanos e caribenhos veem a iniciativa com grande expectativa, dado que ela carrega um potencial de mudança significativa nas relações econômicas bilaterais existentes até o momento entre China e América Latina e Caribe. Além disso, esses governos vislumbram a possibilidade de (re)industrialização de suas economias, diversificando suas estruturas produtivas e gerando novas oportunidades econômicas para o futuro, com notáveis (caso efetivados) impactos sociais, políticos, científicos e tecnológicos. Não nos cabe prever o futuro mas para o caso do aprofundamento e da diversificação dos investimentos chineses na região nos próximos anos poderemos ter, também, a própria transformação das burguesias latino-americanas, hoje solidamente assentadas sobre a produção e exportação de bens primários de baixo valor agregado, num outro tipo de ator econômico, inclusive levando em conta uma potencial diminuição, a médio prazo, da demanda chinesa por *commodities* agrícolas e energéticas.

Referências bibliográficas

BBC. Um ano após reclamar que a China “compraria o Brasil”, Bolsonaro quer vender estatais e commodities em visita a Xi Jinping. 23/10/2019. Disponível em

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50161509>

BERNAL-MEZA, Raul. (2019). China e América Latina: o desenvolvimento de uma nova relação centro-periferia. Revista do CEAM (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília), 5(1), 59–73.

BOLSA DE COMÉRCIO DE ROSÁRIO. En 2022 el comercio bilateral con China fue el más grande de la historia. AÑO XL - Edición N° 2091 - 10 de Marzo de 2023,

Disponível em <https://www.bcr.com.ar/es/mercados/investigacion-y-desarrollo/informativo-semanal/noticias-informativo-semanal/en-2022-el>

BRASIL DE FATO. General dos EUA vem ao Brasil para exercícios militares e ataca aliança da China com América Latina. 24/05/2024. Disponível em

<https://www.brasildefato.com.br/2024/05/24/general-dos-eua-vem-ao-brasil-para-exercicios-militares-e-ataca-alianca-da-china-com-america-latina> Acessado em 28 Jun 2024.

FERNANDEZ, V. R., GONZALEZ JUAREGUI, J., & MERINO, G. E. (2023). Latin America and China's Belt and Road Initiative: challenges and proposals from a Latin American perspective. *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, 12(23).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA. China-CELAC Joint Action Plan for Cooperation in Key Areas (2022-2024). Disponível em

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202112/t20211207_10463459.html

Acessado em 10 Abr 2024.

PETERS, Enrique Dussel. Latin America's Trade and Investment Relationship with China (2000-2012): a New Form of Dependency? *Revista Tempo Do Mundo*, 2(1), 123-142.

SHIXUE, Jang. (2006). Una mirada china a las relaciones con América Latina. *Nueva Sociedad*, núm. 203, mayo / junio 2006.

SUGIMOTO, Thiago; DIEGUES, Antônio. (2022). China e a desindustrialização brasileira: um olhar para além da especialização regressiva. Em *Preprints SciELO*. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/6975>.

UOL. Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. 25/10/2018. Disponível em

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurso-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.htm>

ZHIWEI, Zhou. Prospect of China-Brazil relations from the perspective of “The Belt and Road Initiative”. *Revista Mundo e Desenvolvimento*, v.1, núm. 2 (2019).